

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.375.479 - SP (2018/0258003-0)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : **IVETE CONCEICAO DE MORAES**
ADVOGADOS : **CARLA ROSENDO DE SENA BLANCO - SP222130**
: **ROSMARY ROSENDO DE SENA - SP212834**
AGRAVADO : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto por IVETE CONCEICAO DE MORAES, na vigência do CPC/2015, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que inadmitiu o seu Recurso Especial, de acórdão assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. APELAÇÃO. REVISÃO DA RMI. PENSÃO POR MORTE. TERMO INICIAL NA DATA DO ÓBITO. ART. 74 DA LEI 8.213/91. REDAÇÃO ORIGINAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. MANUAL DE CÁLCULOS NA JUSTIÇA FEDERAL E LEI Nº 11.960/2009. HONORÁRIOS DE ADVOGADO.

1. Quanto ao termo inicial da pensão por morte, sendo o óbito anterior à edição da Medida Provisória nº 1.596, de 10.11.97, convertida na Lei nº 9.528/97, este deve ser fixado na data do óbito do segurado, nos termos da redação original da art. 74, da Lei 8.213/91. Precedentes.
2. Embora a certidão de óbito não esclareça a data do óbito, especificando somente o mês e o ano, é possível aferir dos autos a data do sepultamento do segurado, a qual deverá ser considerada como data do óbito para os fins de concessão da pensão por morte.
3. Considerando que a ação foi ajuizada após o prazo de 5 anos contados do óbito, o pagamento das parcelas vencidas deve observar a prescrição quinquenal, nos termos do artigo 103, § único, da Lei nº 8.213/91, que somente afasta a prescrição quinquenal para ressalvar os direitos dos menores, incapazes ou ausentes (art.79 c/c 103 Lei 8.213/91).
4. Juros e correção monetária de acordo com os critérios do Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal, naquilo que não conflitar como o disposto na Lei nº 11.960/2009. Correção de ofício" (fl. 180e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, nestes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. NÃO VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ARTIGO

1.022 DO CPC/15. PROPÓSITO MERAMENTE MODIFICATIVO. PREQUESTIONAMENTO. RECURSO REJEITADO.

1. De acordo com o art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração possuem função processual específica, que consiste em integrar, retificar ou complementar a decisão embargada.

2. O embargante não logrou demonstrar a existência de omissão ou de qualquer das hipóteses elencadas naquele dispositivo legal.

3. A insatisfação da parte com o resultado da decisão embargada não enseja a oposição de embargos de declaração.

4. Os embargos para fim de prequestionamento têm como pressuposto de admissibilidade a demonstração da ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos do art. 1.022 do CPC/15, não se fazendo necessária, para interposição de recursos aos Tribunais Superiores, alusão expressa a todos os dispositivos legais mencionados pelas partes.

5. Embargos de declaração rejeitados" (fl. 192e).

Sustenta a recorrente, nas razões do Recurso Especial, fundamentado nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional e art. 1.029 CPC/2015, além de divergência jurisprudencial, afronta ao art. 74, da Lei 8.213/91 e art. 4º, do Decreto nº 20.910/32. Argumenta, em síntese, que:

"Trata-se de ação em que se busca a condenação do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ora recorrido, ao **pagamento das parcelas em atraso do benefício de pensão por morte concedido administrativamente em favor da recorrente, anteriores ao requerimento administrativo efetuado.**

Narra os autos que a recorrente **é viúva de Francisco de Moraes, falecido em 10/1994.**

A recorrente **requereu o benefício de pensão por morte junto ao INSS somente em 16/01/2004** (NB 21/132.324.877-0), sendo-lhe a **pretensão lhe deferida imediatamente.**

Ocorre, entretanto, que **não lhe foram pagos os atrasados do benefício requerido, tendo em vista que a DIB da pensão por morte deveria ser acatada como a data do óbito do instituidor, à rigor do Art. 74 da Lei 8.213/91 (redação original), tendo em vista que o óbito ocorreu antes da edição da Medida Provisória nº 1.596, de 10.11.97, convertida na Lei nº 9.528/97.**

A r. sentença de primeiro grau julgou parcialmente procedente a demanda, acatando-se a tese da recorrente, determinando-se o pagamento das parcelas em atraso respeitada a prescrição quinquenal, consoante Art. 103 da Lei 8.213/91.

Irresignadas, as partes recorreram, subindo os autos ao E. TRF3 para reexame necessário e análise das apelações.

Em r. Acórdão prolatado, a E. 7ª Turma Recursal do TRF3 deu provimento ao apelo oficial no tocante a forma de juros e atualização monetária, mantendo-se a DM do benefício de pensão por morte na data do óbito do segurado instituidor, acatada como 16/10/1994, determinando-se o pagamento dos valores em atraso, respeitada a prescrição quinquenal.

Ocorre que, diante da omissão quanto ao termo inicial para apuração da prescrição quinquenal, a recorrente interpôs embargos declaratórios, que foram rejeitados, entretanto, em seu bojo, expressamente

dispôs o i. Relator que o pagamento das parcelas em atraso devem obedecer a prescrição quinquenal, contada a partir do ajuizamento da ação.

Veja-se o trecho em questão:

(...)

Ocorre, Nobres Ministros, que a decisão afronta diretamente Lei Federal, bem como diversas decisões de outros Tribunais, que acertadamente reconhecem que **o marco inicial para contagem da prescrição quinquenal é o requerimento administrativo, sendo este marco interruptivo da prescrição, a teor do Decreto 20.910/32.**

Logo, no caso em apreço, tendo a recorrente realizado o requerimento administrativo que culminou no reconhecimento de sua pretensão ao benefício em 16/01/2004 (NB 21/132.324.877-0), e **o presente feito reconhecido que a data de início da pensão por morte é a data do óbito do segurado (16/10/1994), devem ser pagas as parcelas em atraso à recorrente, respeitada a prescrição quinquenal, entretanto tendo seu marco inicial fixado em 16/01/2004, e não no ajuizamento da presente ação, como entendeu a E. Turma prolatora do Acórdão nos autos.**

Dessa maneira, **o presente recurso visa tão somente estabelecer que o marco inicial para pagamento das parcelas em atraso, respeitada a prescrição quinquenal, é a data do requerimento administrativo que culminou no reconhecimento do direito da recorrente ao benefício, ou seja, em 16/01/2004, devendo serem pagos todas as parcelas em atraso no período de 16/01/1999 a 16/01/2004, por ser medida de extrema Justiça.**

3.1 - CONTRARIEDADE À LEI FEDERAL - ART. 4º DO DECRETO 20.910/32

Ao dispor que o pagamento das parcelas em atraso devem obedecer a prescrição quinquenal e estabelecer como marco inicial desta o ajuizamento da presente ação, o E. TRF3 contrariou Decreto Federal que estabelece que **o requerimento administrativo é marco**

interruptivo da prescrição.

(...)

Logo, o requerimento administrativo é causa suspensiva da prescrição. A suspensão mantém-se durante o período de tramitação do processo administrativo, até a comunicação da decisão ao interessado. Na verificação da prescrição quinquenal, computa-se, retroativamente, o lapso decorrido entre o ajuizamento da ação e a comunicação da decisão administrativa, exclui-se o período de tramitação do processo administrativo, e conta-se o tempo decorrido anteriormente ao requerimento administrativo.

Logo, não há curso da prescrição durante a tramitação do processo administrativo, conforme previsto no art. 4º, do Decreto nº 20.910/1932.

Portanto, tendo a recorrente requerido e tendo deferido o benefício de pensão por morte em **16/01/2004**, este é o marco inicial para apuração da prescrição quinquenal.

3.2 - INTERPRETAÇÃO DIVERSA DE OUTRO TRIBUNAL - ART. 105, 'C' DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Ao entender que os atrasados devem ser apurados a partir do ajuizamento da presente ação, a E. 7ª Turma do TRF3 desconsiderou a data do requerimento administrativo efetuado pela autora como marco inicial para pagamento das parcelas em atraso, respeitada a prescrição quinquenal, indo em corrente contrária a diversas decisões jurisprudenciais de outros Tribunais Superiores, merecendo parcial reforma, consoante veremos a seguir.

(...)

Reconhecido nesta ação que a recorrente possuía direito à percepção do benefício desde o falecimento do segurado instituidor (16/10/1994), a mesma possui direito adquirido ao pagamento das parcelas em atraso, respeitada a prescrição quinquenal, que deve ser computada a partir do requerimento e deferimento do benefício na via administrativa, e não a partir do ajuizamento da presente ação.

Trazemos à baila, como paradigma, r. Acórdão proferido pelo E. Turma Recursal do TRF5, nos autos da REMESSA EX OFFICIO Nº 0001484- 87.2001.4.05.8100, cujo relatório completo encontra-se em anexo, in verbis:

(...)

Nota-se, nobres Ministros, cristalinamente, a divergência entre as decisões apontadas, sendo que os acórdãos paradigmas apontados entendem que a prescrição quinquenal deve ser analisada com marco inicial a partir do requerimento administrativo realizado (corrente a qual também nos filiamos), e, ao contrário, o E. TRF3, prolator do r.

Acórdão nos autos, entendeu que o marco inicial para apuração da prescrição nos autos é a data do ajuizamento da ação.

Desta maneira, o r. Acórdão prolatado pelo TRF3 no presente feito deu interpretação diversa de outros tribunais (TRF5 e TRF2), devendo ser recebido o presente Recurso Especial para uniformizar a matéria em debate" (fls. 197/212e).

Requer, ao final "o reconhecimento que não há curso da prescrição durante a tramitação do processo administrativo, conforme previsto no art. 4º, do Decreto nº 20.910/1932 e, portanto, seja reconhecido que a recorrente possui direito ao pagamento das parcelas em atraso do benefício de pensão por morte, respeitada a prescrição quinquenal, adotando-se como marco inicial a data do requerimento efetuado, in caso, 16/01/2004, e não a partir do ajuizamento da presente ação". "o reconhecimento da divergência jurisprudencial entre o acórdão prolatado no feito pelo TRF3 e os acórdãos paradigmas prolatados por tuas recursais do TRF5 e TRF2, e ao final dar provimento acatando-se o entendimento exposto nos acórdãos paradigmas, dispondo que a recorrente possui direito adquirido ao pagamento das parcelas em atraso do benefício de pensão por morte, respeitada a prescrição quinquenal, que deve ser computada a partir do requerimento e deferimento do benefício na via administrativa, e não a partir do ajuizamento da presente ação" (fls. 211/212e).

Não foram apresentadas contrarrazões.

Não admitido o Recurso Especial (fls. 230/231e), foi interposto o presente Agravo (fls. 233/247e).

Não foi apresentada contraminuta.

A irrisignação não merece acolhimento.

O Tribunal de origem, para decidir a controvérsia dos autos, deixou consignado, no que interessa:

"Trata-se de ação ordinária em que se pleiteia a revisão da RMI da pensão por morte requerida em 16/01/04, mediante a fixação da DIB na data do óbito do segurado instituidor, ou seja, em outubro de 1994.

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido para reconhecer o direito à revisão da RMI da pensão por morte, fixando a DIB na data do óbito do segurado instituidor do benefício, condenando o Instituto Nacional do Seguro Social ao pagamento das diferenças devidas desde a data do óbito, observada a prescrição quinquenal, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação. Condenou o réu, também, ao pagamento das despesas processuais, além dos honorários de advogado, fixados em 15% do valor da condenação, considerado como termo final desta a data da sentença, nos termos

da Súmula nº 111 do C. STJ.

Sentença submetida à remessa necessária.

Apela o INSS aduzindo não fazer jus a parte autora à revisão da RMI, tendo em vista **que o termo inicial do benefício deve ser mantido na data do requerimento, considerando que não foi formulado no prazo de 30 dias a contar do óbito**, em consonância com os artigos 76 da Lei 8.213/91 e 107 do Decreto 3.048/99. Subsidiariamente, requer a reforma da sentença quanto aos honorários advocatícios, devendo ser fixada a sucumbência recíproca ou com a redução do montante que deve ser limitado à data da sentença, nos termos da Súmula nº 111 do STJ.

Recorre adesivamente a parte autora, pugnando pelo afastamento da prescrição quinquenal.

Contrarrazões pela parte autora.

É o relatório.

VOTO

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso de apelação e do recurso adesivo.

Quanto ao **termo inicial da pensão por morte, sendo o óbito anterior à edição da Medida Provisória nº 1.596, de 10.11.97, convertida na Lei nº 9.528/97, este deve ser fixado na data do óbito do segurado**, nos termos da redação original da art. 74, da Lei 8.213/91.

Nesse sentido:

(...)

No caso dos autos, verifica-se que a certidão de óbito acostada à fl. 21 não esclarece a data do falecimento do segurado Francisco de Moraes, consignando somente que faleceu em dia ignorado de outubro de 1994, em horário ignorado e causa de morte ignorada. Constatou na certidão de óbito que o segurado era casado com 'vete Conceição de Moraes e não tinha filhos.

Acresça-se que, não obstante a certidão de óbito tenha sido lavrada em 13/01/04, poucos dias antes do requerimento administrativo formulado em 16/01/04, à **fls. 22 consta declaração de óbito lavrada em 17/10/94**, feita pelo irmão do segurado, constando que o sepultamento se deu em 16/10/94 na cidade de Ibiúna.

Ademais, não se aplica o disposto no art. 76 da Lei 8.213/91, corno alega o INSS, posto que a autora era regularmente casada com o segurado e foi declarada como viúva tanto na Declaração de Óbito datada de 17/10/94, confio na certidão de óbito datada em 13/01/04, não havendo que se falar em pedido de inclusão ou exclusão de dependente nos termos da lei.

Neste contexto, **deve ser revista a RMI da pensão por morte, que deve ser fixada a partir da data do óbito, a qual, tenho por**

razoável seja fixada em 16/10/94, data do sepultamento, ante a impossibilidade que apontar-se a data exata do falecimento.

Contudo, considerando que a ação foi ajuizada após o prazo de 5 anos contados do óbito, o pagamento das parcelas vencidas deve observar a prescrição quinquenal, nos termos do artigo 103, § único, da Lei nº 8.213/91, que somente afasta a prescrição quinquenal para ressaltar os direitos dos menores, incapazes ou ausentes (art. 79 c/c 103 Lei 8.213/91).

No que tange aos critérios de atualização do débito, por tratar-se de consectários legais, revestidos de natureza de ordem pública, são passíveis de correção de ofício, conforme precedentes do Superior Tribunal de Justiça:

(...)

Assim, corrijo a sentença, e estabeleço que para o cálculo dos juros de mora aplicam-se os critérios estabelecidos no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal vigente à época da elaboração da conta de liquidação. Quanto à correção monetária, acompanho o entendimento firmado pela Sétima Turma no sentido da aplicação do Manual de Cálculos, naquilo que não conflitar como o disposto na Lei nº 11.960/2009, aplicável às condenações impostas à Fazenda Pública a partir de 29 de junho de 2009.

Com relação aos honorários de advogado, estes devem ser fixados em 10% do valor da condenação, consoante entendimento desta Turma e artigo 20, parágrafos 3º e 4º, do Código de Processo Civil de 1973, aplicável ao caso concreto eis que o recurso foi interposto na sua vigência, considerando as parcelas vencidas até a data da sentença, nos termos da Súmula nº 111 do Superior Tribunal de Justiça, não se aplicando, também, as normas dos §§ 1º a 11º do artigo 85 do CPC/2015, inclusive no que pertine à sucumbência recursal, que determina a majoração dos honorários de advogado em instância recursal (Enunciado Administrativo nº 7/STJ).

Ante o exposto, de ofício, corrijo a sentença para fixar os critérios de atualização do débito, dou parcial provimento à apelação do INSS e à remessa oficial para reduzir a verba honorária nos termos explicitados e nego provimento ao recurso adesivo da parte autora.

É como voto" (fls. 174/181e).

Como se observa da leitura dos trechos acima, o conteúdo normativo do art. 4º, do Decreto nº 20.910/32, como sustentáculo da tese de que "o requerimento administrativo é causa suspensiva da prescrição". E que "a suspensão mantém-se durante o período de tramitação do processo administrativo, até a comunicação da decisão ao interessado, não foi objeto de discussão" (fl.204e).

Desse modo, em não havendo sido apreciada as alegações suscitadas, à

luz do dispositivo tido por violado, deveria a parte ter oposto Embargos Declaratórios no Tribunal de origem. Persistindo a omissão, a parte recorrente deveria vincular a interposição do Recurso Especial à violação ao art. 1022 do CPC/2015 e, não, insistir na tese recursal. **Incide**, assim, por analogia, **o óbice da Súmula 282 do STF**.

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, nos termos do regramento vigente à data da interposição do Recurso Especial, não basta que a parte recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal. É necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não, ao caso concreto.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 557, § 1º, DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. SÚMULAS 282, 356 E 284 DO STF.

1. Não há de se falar de violação do art. 557, § 1º, do CPC/73 quando o colegiado mantém a decisão por não haver comprovação de efetivo prejuízo da parte.

2. **As matérias referentes aos dispositivos tidos por contrariados não foram objeto de análise pelo Tribunal de origem. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merece ser apreciado, consoante o que preceituam as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.**

3. A admissibilidade do recurso especial reclama a indicação clara dos dispositivos tidos como violados, bem como a exposição das razões pelas quais o acórdão teria afrontado a cada um deles, não sendo suficiente a mera alegação genérica. Dessa forma, o inconformismo se apresenta deficiente quanto à fundamentação, o que impede a exata compreensão da controvérsia (Súmula 284/STF).

4. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 461.849/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/05/2017).

Outrossim, do exame do excerto supratranscrito, verifica-se que o Tribunal **a quo** asseverou que "considerando que a ação foi ajuizada após o prazo de 5 anos contados do óbito, o pagamento das parcelas vencidas deve observar a prescrição quinquenal, nos termos do artigo 103, § único, da Lei nº 8.213/91, que somente afasta a prescrição quinquenal para ressaltar os direitos dos menores, incapazes ou ausentes (art. 79 c/c 103 Lei 8.213/91)" (fl. 177e).

A recorrente, no entanto, no Recurso Especial, não cuidou de impugnar o

acórdão quanto à afirmação acima demonstrada.

Registre-se que a parte, ao recorrer, deve buscar demonstrar o desacerto do **decisum** contra o qual se insurge, refutando todos os óbices por ele levantados, sob pena de vê-lo mantido.

Logo, sendo o fundamento suficiente para manter o julgado, fica inviabilizado o Recurso. A esse respeito, aplicável, por analogia, a **Súmula 283/STF**, que assim dispõe:

"É INADMISSÍVEL O RECURSO EXTRAORDINÁRIO, QUANDO A DECISÃO RECORRIDA ASSENTA EM MAIS DE UM FUNDAMENTO SUFICIENTE E O RECURSO NÃO ABRANGE TODOS ELES".

Por fim, quanto a interposição do Recurso Especial interposto pela alínea c do permissivo constitucional, além da comprovação da divergência – por meio da juntada de certidões ou cópias autenticadas dos acórdãos apontados divergentes, permitida a declaração de autenticidade, pelo próprio advogado, ou a citação de repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que os julgados se achem publicados –, nos termos do art. 541, parágrafo único, do CPC/73 e art. 255 do RISTJ, exige a demonstração do dissídio, com a realização do cotejo analítico entre os acórdãos, nos termos legais e regimentais, não bastando a mera transcrição de ementas.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO C. C. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. REDUÇÃO DE PROVENTOS AO TETO CONSTITUCIONAL. ART. 37, XI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INVOCADA DECADÊNCIA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. APLICÁVEL. OFENSA A PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. MATÉRIA DECIDIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM SOB O ENFOQUE CONSTITUCIONAL. REVISÃO POR MEIO DE RECURSO ESPECIAL. INVIÁVEL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE COTEJO ANALÍTICO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I - No que concerne ao ausência de prequestionamento, verifica-se que a Corte de origem não se pronunciou, ainda que implicitamente, acerca do art. 2º da Lei n. 9.784/99. A análise da controvérsia foi feita, na verdade, sob perspectiva constitucional, mediante análise do dispositivo do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal e princípios como o direito adquirido, ato jurídico perfeito e irredutibilidade de vencimentos. Assim, incide no caso o enunciado da Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça.

II - De outra sorte, o Tribunal de origem, ao decidir a controvérsia, assim o fez com suporte em preceitos eminentemente constitucionais. Incabível a análise da decisão combatida pela via eleita, pois, nos termos do art. 105, III, da CF/88, o recurso especial destina-se à uniformização do direito federal infraconstitucional, sendo reservada ao STF a análise de possível violação de matéria constitucional.

III - Ademais, o recurso não pode ser conhecido pela divergência, pois os recorrentes não realizaram o necessário cotejo analítico, bem como não apresentaram, adequadamente, o dissídio jurisprudencial. Apesar da transcrição de ementas, deixaram de demonstrar as circunstâncias identificadoras da divergência entre o caso confrontado e os arestos paradigmas.

IV - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no AREsp 1.145.301/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/03/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, **conheço** do Agravo, para **não conhecer** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios anteriormente fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Ressalte-se que, em caso de reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, permanece suspensa a exigibilidade das obrigações decorrentes de sua sucumbência, nos termos do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

I.

Brasília, 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
Relatora